

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5199668.45.2017.8.09.0000

REQUERENTE	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
REQUERIDOS	MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
RELATOR	DESEMBARGADOR CARLOS ESCHER
CORTE ESPECIAL	

VOTO

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás contra a Lei municipal nº 3.830/2016, de Anápolis, a qual proibiu a cobrança de taxa/comissão por academias de ginástica daquela cidade, tanto dos usuários, quanto dos profissionais de educação física, pela utilização particular do serviço de *personal trainer*, entendendo ser competência privativa da União legislar sobre a matéria.

Pois bem.

De fato, compete privativamente à União legislar sobre trabalho (art. 22, I, da Constituição Federal) e exercício profissional (art. 22, XVI, da Constituição Federal), razão pela qual a jurisprudência pátria é no sentido de declarar a inconstitucionalidade de lei municipal que trata da cobrança de taxas pela utilização do serviço de *personal trainer* em academias de ginástica, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA. ACADEMIA DE GINÁSTICA E MUSCULAÇÃO. *PERSONAL TRAINER*. COBRANÇA DE TAXA PELO USO DAS INSTALAÇÕES DA ACADEMIA. LEI MUNICIPAL PROIBITIVA DA COBRANÇA. INCONSTITUCIONALIDADE *INCIDENTER TANTUM*. (...) USO DA PROPRIEDADE. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (...) A questão que se desenvolve é em decorrência da lei municipal nº 4.682/2015, a qual assegura aos profissionais de educação física, denominados *personal trainer*, o acesso às academias de ginástica de Aracaju para o acompanhamento de seus clientes, isentando-os do pagamento de taxas referentes à utilização das academias para os seus serviços e prevendo penalidades em caso de desobediência. (...) O caso envolve direito civil (prestação de serviços e proteção e uso da propriedade) e direitos inerentes à relação de trabalho e condições para o exercício de profissões, cuja competência para

legislar é da União a teor do art. 22, I, da Constituição Federal. (...)
DECLARAÇÃO INCIDENTER TANTUM DA INCONSTITUCIONALIDADE
DA LEI MUNICIPAL DE ARACAJU Nº 4.682/2015. (TJSE, Tribunal Pleno,
Rel. Des. Ricardo Múcio Santana de A. Lima, Mandado de Segurança nº
201500127477, DJSE de 22/02/2016)

No mesmo sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal nos seguintes
julgados:

Agravo regimental nos embargos de declaração em recurso extraordinário
com agravo. 2. Direito Tributário e Constitucional. 3. **Competência privativa
da União para legislar sobre trabalho e condições para o exercício
profissional.** 4. O acórdão recorrido diverge da orientação firmada nesta
Corte no sentido de que compete privativamente à União legislar sobre
trabalho e condições para o exercício profissional. 5. Agravo regimental a
que se nega provimento. (STF, ARE 1032912 ED-AgR, Relator(a): Min.
GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 25/08/2017, PROCESSO
ELETRÔNICO DJe-202 DIVULG 05-09-2017 PUBLIC 06-09-2017) (grifei)

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI
ESTADUAL. ESTACIONAMENTO EM LOCAIS PRIVADOS. COBRANÇA.
IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 22, I DA CONSTITUIÇÃO. **Esta
Corte, em diversas ocasiões, firmou entendimento no sentido de que
invade a competência da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I
da CF/88) a norma estadual que veda a cobrança de qualquer quantia
ao usuário pela utilização de estabelecimento em local privado (ADI
1.918, rel. min. Maurício Corrêa; ADI 2.448, rel. Min. Sydney Sanches;
ADI 1.472, rel. min. Ilmar Galvão).** Ação direta de inconstitucionalidade
julgada procedente. (STF, ADI 1623, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA,
Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2011, DJe-072 DIVULG 14-04-2011
PUBLIC 15-04-2011 EMENT VOL-02504-01 PP-00011 RT v. 100, n. 909,
2011, p. 337-341) (grifei)

Assim sendo, o caso é de julgar procedente o pedido formulado na inicial,
declarando a inconstitucionalidade da Lei municipal nº 3.830/2016, de Anápolis, sob o aspecto
formal.

Ante o exposto, acolhendo o parecer da douta Procuradoria de Justiça,
julgo procedente o pedido formulado na inicial, **declarando a inconstitucionalidade da Lei nº
3.830/2016, do município de Anápolis, com efeito ex tunc.**

Éo voto.



Goiânia, 14 de fevereiro de 2018.

Desembargador **CARLOS ESCHER**

RELATOR

14/J

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5199668.45.2017.8.09.0000

REQUERENTE	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
REQUERIDOS	MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
RELATOR	DESEMBARGADOR CARLOS ESCHER
CORTE ESPECIAL	

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. COBRANÇA DE TAXA. *PERSONAL TRAINER*. ACADEMIA DE GINÁSTICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO DE LEGISLAR SOBRE TRABALHO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL.

Compete privativamente à União legislar sobre trabalho (art. 22, I, da CF) e exercício profissional (art. 22, XVI, da CF), razão pela qual é inconstitucional a lei municipal que trata da cobrança de taxas pela utilização do serviço de *personal trainer* em academias de ginástica (precedente do STF).

AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as supra indicadas.

ACORDAM os componentes da Corte Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, à unanimidade de votos, em **julgar procedente** a ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator.

Votaram com o Relator, os Desembargadores Kisleu Dias Maciel Filho, Jeová Sardinha de Moraes, Fausto Moreira Diniz, Carlos Alberto França, Francisco Vildon José Valente, Amaral Wilson de Oliveira, Itamar de Lima, Norival Santomé (subst. do Des. Nicomedes Domingos Borges), Camercy Rosa Maria Alves de Oliveira (subst. do Des. Ney Teles de Paula), Gilberto Marques Filho e João Waldeck Félix de Sousa.

Ausentaram-se, ocasionalmente, os Desembargadores Leobino Valente Chaves, Elizabeth Maria da Silva, Nelma Branco Ferreira Perilo, Walter Carlos Lemes e, justificadamente, a Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco.

Presidiu a sessão o Desembargador Gilberto Marques Filho.

Presente o ilustre Procurador de Justiça Dr. Sérgio Abinagem Serrano.

Goiânia, 14 de fevereiro de 2018.

Desembargador **CARLOS ESCHER**

RELATOR